

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - CEP 87670-000 - Telefax: (44) 3440-1221

PORTARIA N.º 002/2020

DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Cleber Geraldo da Silva, Prefeito Municipal de Inajá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

RESOLVE:

Art. 1.º - Constituir a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE INAJÁ, durante o exercício de 2020.

Art. 2.º - A Comissão Permanente de Licitação mencionada no artigo anterior, fica assim constituída:

PRESIDENTE: Renato Rafael Diogo do Valle

RG N.º 9.014.461-8

CPF N.º 049.250.729-51

VICE PRESIDENTE: Álvaro Cezar de Assis

RG N.º 3.766.799-4

CPF N.º 618.064.719-49

SECRETÁRIO: Diego Rafael Floripes de Souza

RG N.º 9481911-3

CPF N.º 048.027.979-90

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ.

EM 13 DE JANEIRO DE 2020.

Cleber Geraldo da Silva

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no Jornal:	
<i>O Regional</i>	Nº 3147
Pag: 08	Data 15 / 01 / 2020.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 01 / VISTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

SOLICITAÇÃO DE DESPESA

Documento de formalização da demanda,

Solicito a Divisão de Licitação e Compras, que seja feito processo licitatório para aquisição de serviços informativos de Educação Ambiental para apoio a este Departamento. No intuito de dar continuidade a elaboração de conscientização aos cuidados com o meio ambiente para o município.

Justificativa: Acontratação de empresa responsável pela cartilha informativa é de extrema importância para que se faça a conscientização e o trabalho de educação ambiental de assuntos pertinentes ao Departamento.

Atenciosamente,

Em 03 de agosto de 2020.

Pedro Geraldo Reguine
Diretor do Departamento



Prefeitura do Município de Inajá

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

A/C Divisão de Contabilidade,

Em 04 de agosto de 2020.

Em virtude do recebimento de solicitação de despesa proveniente do Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para aquisição de cartilhas para divulgação de práticas corretas com relação ao meio e publicidade para questões ambientais em nosso município, necessitamos da manifestação da existência de saldo orçamentário e financeiro, para celebração de contrato com empresa responsável pelo fornecimento do material.

Para tanto, solicito a Divisão de Contabilidade, a confirmação da existência de saldo orçamentário e ao Departamento de Finanças, sobre a existência do saldo financeiro para a celebração de contrato.

Atenciosamente.

Renato Rafael Diogo do Valle
Presidente Comissão Permanente de Licitações - CPL

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 03 / VISTO



Prefeitura do Município de Inajá

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

Divisão de Contabilidade

A Divisão de Licitação e Compras,

Referente a informação sobre recursos orçamentários.

Em conformidade com a solicitação efetuada pela Divisão, informo que verificando os saldos da execução orçamentária do corrente exercício, constatamos que nesta data:

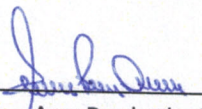
(X) existe,

() não existe,

previsão de recursos orçamentários para contratação da empresa responsável pela venda de materiais para publicidade relativa a Divisão de Meio Ambiente, na prevenção de incêndios e na conscientização da população em boas práticas com o meio, na seguinte dotação relacionada abaixo.

RECURSO FINANCEIRO	
UNIDADE ORÇAMENTARIA	05
FUNÇÃO PROGRAMATICA	01
PROJETO DE ATIVIDADE	2.502
ELEMENTO DE DESPESA	33.90.30.00.00.00.00
FONTE DE RECURSO	1000
SALDO ORÇAMENTARIO	R\$ 33.078,18

Em 04 de agosto de 2020.



Ana Paula de Oliveira
Contadora

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 01 / VISTO



Marechal Cândido Rondon - PR 05 de agosto de 2020

Prefeitura Municipal de Inajá
A/C : Sra. Karina do Valle - Sec. de Meio Ambiente
Inajá - PR

Ref. Proposta Comercial n: 8591

Apresentamos proposta comercial para fornecer obras exclusivas da Editora Amigos da Natureza Ltda.

Descrição dos Materiais:

Item	Título	Quantidade	Vlr.Un.	Vlr. Total	Personalizado
1	Cartilha Queimadas <i>ISBN: 978-65-86438-06-2</i> <i>Autor: Editora Amigos da Natureza</i> <i>Páginas: 12 / 4x4</i> <i>Tamanho: 15cm x 20cm</i> <i>Papel de impressão: Capa couche 150g/m², miolo couché 90g/m²</i>	1.000	3,20	3.200,00	Sim
Valor Total da Proposta:				3.200,00	

Condições Comerciais:

Orçamento válido até 05/10/2020

Condições de pagamento: conforme empenho (nota fiscal eletrônica de venda de mercadoria)

Prazo de entrega: 15 dias

Frete, impostos e taxas inclusos na proposta

Item(s) personalizado(s): a personalização consiste na inclusão de logomarcas na capa da publicação.

DADOS BANCÁRIOS:

Banco do Brasil S/A - Ag: 0859-1 - c/c: 14.052-X - Titular: Editora Amigos da Natureza Ltda.

Atenciosamente,

Cristina Ebert Lauermann - CPF: 035.931.899-17

Editora Amigos

E-mail: cristina@revistaamigosdanatureza.com.br

Fone/Fax: (45) 3254-7631



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.096.738/0001-55 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/10/2000
NOME EMPRESARIAL EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EDITORA AMIGOS DA NATUREZA		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 58.13-1-00 - Edição de revistas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 58.12-3-01 - Edição de jornais diários		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R GOIAS	NÚMERO 765	COMPLEMENTO *****
CEP 85.960-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MARECHAL CANDIDO RONDON
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO AMIGOS@REVISTAAMIGOSDANATUREZA.COM.BR		TELEFONE (45) 3254-7631/ (45) 9972-1649
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/08/2020** às **13:45:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 04.096.738/0001-55
NOME EMPRESARIAL: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$200.000,00 (Duzentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial: ALEXANDRE CARLOS KUNZLER
Qualificação: 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 24/08/2020 às 13:45 (data e hora de Brasília).

QUEIMADAS



MODELO
PROIBIDA REPRODUÇÃO





© Copyright 2020 Editora Amigos da Natureza Ltda.
Todos os direitos reservados

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Q3 Queimadas / organização. Amigos da Natureza – Marechal Cândido Rondon: Amigos da Natureza, 2020.
12 p.

ISBN 978-65-86438-06-7

1. Meio ambiente. 2. Queimadas. In: Ensaios florestais – Prevenção e controle. I. Amigos da Natureza. II. Título.

CDD 577.2
CIP-NBR 128990

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

QUEIMADAS



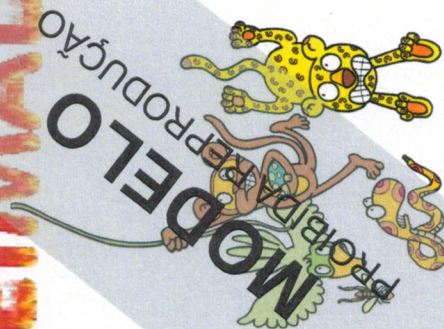
MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 8 / VISTO



Editora Amigos da Natureza Ltda.
Rua Goiás, 765 - Centro
CEP 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon - PR
Fone/fax (45) 3254-7631
amigos@revistaamigosdanatureza.com.br
www.editoraamigos.com.br
Diretor/Jornalista
Arno Kunzler - nº 274/02/38

Autor: Editora Amigos da Natureza

QUEIMADAS



Editora Amigos da Natureza Ltda.
Marechal Cândido Rondon
2020

Fertilidade Perdida

Aparentemente as queimadas podem ser consideradas como eventos favoráveis para o ecossistema, visto que após a passagem do fogo a vegetação tende a rebrotar com mais vitalidade, em virtude da deposição das cinzas. Após a queimada, o produtor tem um ou dois anos de boa produtividade, já que o processo acaba com o esgotamento de alguns nutrientes importantes para as plantas, como o fósforo. No entanto, as queimadas frequentes são muito nocivas: esgotam os solos - impedem o crescimento da vegetação, a infiltração de água e a colonização dos animais.

Nos anos seguintes, o solo apresenta uma



Impactos ambientais negativos

Os prejuízos à fertilidade do solo provocados pelas queimadas são evidentes. A fertilidade do solo está relacionada à diversidade microbiológica e ao equilíbrio entre as espécies microbianas existentes no solo, como fungos, bactérias e colêmbolos (microfauna do solo). A ação do fogo altera profundamente o equilíbrio dessa microfauna,

acarretando consequências negativas para a fertilidade. O fogo provoca ainda, do ponto de vista nutricional, grandes perdas de nitrogênio e de matéria orgânica – elementos que desempenham papel fundamental na manutenção da fertilidade dos solos e causa alterações nas taxas de mineralização dos diversos

MODELO PROIBIDA REPRODUÇÃO
Uso Prática insustentável

O uso do fogo na agricultura é altamente prejudicial ao solo, não somente pelas perdas de nutrientes que ocorrem por lixiviação e volatilização, mas também por causar erosão e desertificação dos solos, e vários outros impactos negativos que afetam a sustentabilidade da agricultura. As queimadas provocam mudanças no ciclo hidrológico e são apontadas como grandes responsáveis pelas alterações climáticas, contribuindo para uma degradação ambiental que afeta todos os seres vivos, o que coloca em xeque a continuidade dessa prática para a sustentabilidade da própria



QUEIMADAS

A descoberta do fogo foi um passo importante na evolução da humanidade. Marcou o grande avanço do homem paleolítico que, através da observação, conseguiu utilizá-lo e também produzi-lo. Consequentemente, passou a usá-lo vez mais, a ter o controle da Natureza.

Depois que o homem descobriu como acendê-lo e qual sua utilidade para assar a carne e para cozinhar vegetais.

Junto ao fogo, os homens se reuniam, descansavam e se protegiam do frio e dos ataques de animais ferozes.

No Brasil, os registros sobre o fogo remontam à época do descobrimento. Os primeiros habitantes o utilizavam no preparo dos alimentos, para facilitar a caça, para aquecer e, para cozinhar.

MODELO PROIBIDA REPRODUÇÃO



QUEIMADAS

6

Herança colonialista de limpar a terra com o fogo para a próxima safra, as queimadas podem ser consideradas uma das práticas mais nocivas ao Meio Ambiente, perdendo apenas para o desmatamento, embora, quase sempre, as duas ações ocorram juntas.

As queimadas liberam toneladas de CO₂, principal gás estufa, na atmosfera.

Em tempos de aquecimento global, toda atividade que contribui para a emissão de gases que intensificam o efeito estufa está na mira dos ambientalistas. Por isso, o mundo está com o olho em atividades voltadas para o nosso planeta, especialmente por causa das queimadas.

MODELO PROIBIDA REPRODUÇÃO



QUEIMADAS

7

Queimadas, incêndios florestais ou focos de calor?

Essas três expressões são usadas diariamente pelos meios de comunicação, e apresentam significados diferentes.

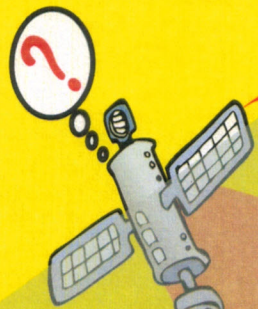
FOCOS DE CALOR

A expressão é utilizada para interpretar o registro de calor captado na superfície do solo por um sensor que está a bordo de um satélite. Esse sensor capta e registra qualquer temperatura acima dos 47°C e a interpreta como sendo um foco de calor. Desta forma, o que o sensor registra não são focos de

queimadas ou focos de incêndios. São apenas focos de calor.

Porém o INPE tem avançado na auditoria das detecções de focos de calor com intuito de evitar falsas detecções, desta forma, dificilmente um foco de calor detectado não seja incêndio ou queimada.

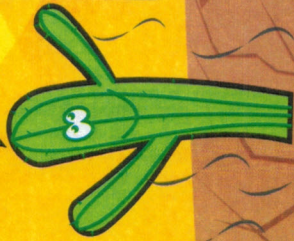
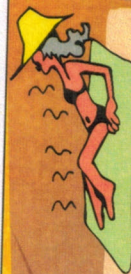
Um incêndio pode gerar um ou vários focos de calor, dependendo da extensão da linha de fogo.



MODELO PROIBIDA REPRODUÇÃO

SAIBA MAIS...

O Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) é o responsável pelo monitoramento das queimadas no Brasil. No site <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas/> é possível monitorar o andamento das



MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 12
VISTO



QUEIMADAS

8

QUEIMADAS

As queimadas são causadas pela ação do homem que utiliza o fogo de forma controlada para viabilizar a agricultura ou renovar as pastagens.

Deve ser feita sob determinadas condições ambientais que permitam que o fogo se mantenha confinado à área que será utilizada para a agricultura ou pecuária e só pode ser feita mediante autorização do Ibama.

INCÊNDIO FLORESTAL

Os incêndios florestais são acidentais e descontrolados na maioria das vezes. Uma floresta queimada por ação de um raio, por exemplo, é uma coisa

normal e até necessária para sua evolução. O fogo, quando acontece naturalmente, cria um novo equilíbrio entre as diferentes espécies vegetais, permite, muitas vezes, o aumento da biodiversidade ou o crescimento de novas plantas e até a fertilização do solo. No Cerrado, muitas plantas se renovam e daí florestam depois que o fogo passa.

MODELO PROIBIDA REPRODUÇÃO

O fogo natural, que acontece muito raramente, nem sempre é uma catástrofe, já as queimadas iniciadas pelas pessoas devem ser denunciadas e combatidas. No Brasil, mais de 90% dos incêndios florestais ocorrem por causa da



QUEIMADAS

9

Todos sofrem os efeitos das queimadas

O solo, a água, o ar, as plantas, os animais e as pessoas, em especial as crianças, sofrem com os efeitos nocivos das queimadas.

A Natureza perde em biodiversidade, reduz os habitats naturais, destrói a fauna e a flora, empobrece o solo, reduz a penetração de água no subsolo e, em algumas situações, causa a morte de pessoas, acidentes e perda de propriedades. A queimada causa poluição atmosférica com prejuízos à saúde de milhões de pessoas, à aviação e aos transportes em geral.

Por coincidirem com a

época mais seca do ano, as queimadas agravam as doenças respiratórias como bronquite, asma alérgica, pneumonia e rinite.

Mas, apesar de tantos impactos negativos, o que mais tem despertado a atenção do mundo é a

- Para praticar uma queimada é necessária a autorização do Ibama.

- Não é permitido queimar a menos de 15 metros dos limites das faixas de segurança das linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica.

- Não se deve queimar a menos de 100 metros ao redor de uma subestação de energia.

- Não se pode queimar a menos de 50 metros ao redor de Unidades de Conservação.

- Não é permitido queimar a menos de 12 metros de rodovias.

Art. 41. Provocar incêndio em mata ou floresta:
Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa.
Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de detenção de seis meses a um ano, e multa.

Art. 42. Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano:
Pena - detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Referências Bibliográficas:

- Ministério da Educação. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/tempo-seco-calor-e-queimadas-intensificam-a-ocorrenda-de-doencas>. Acesso em 28 julho 2020.
- ENCINAS, C. G. Possibilidades de futuro: educação ambiental, cidadania e projetos de transformação. São Paulo: Tecmed Editora, 2004.
- EVANS, I. O. O planeta Terra. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1974.
- Fundação Nicolas Huliot. Ecologia: guia ecológico de A a Z. Tradução Mariana Nunes Ribeiro Echalar, apresentação e adaptação da edição brasileira Martha Argel. São Paulo: Landy Editora, 2008.
- Governo de Mato Grosso. <http://www.mt.gov.br/-/12486299-entenda-as-diferencas-entre-queimadas-incendios-florestais-e-focos-de-calor>. Acesso em 28 julho 2020.

- MEU primeiro Larousse de ciências. Tradução L. H. VIANNA. São Paulo: Larousse Júnior, 2005.
- MOREIRA, M. S. Pequeno manual de treinamento em sistema de gestão ambiental: o meio ambiente, a empresa e a responsabilidade de cada um. Nova Lima: INDG, 2005.
- ROZINI, J. R. Ética ambiental. Campinas: Millennium, 2001.
- ROZMAN, L. G. Jornada de amor à terra: ética e educação em valores universais. São Paulo: Pallas Athena, 2006.
- SOUSA, M. Atlas da fauna. São Paulo: FTD, 2004.
- SUSSMAN, A. Guia para o planeta Terra: para terráqueos de 12 a 120 anos. São Paulo: Cultrix, 2001.
- TRAVASSOS, E. G. A prática da educação ambiental nas escolas. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- WETTER, B. de. Animais em perigo. São Paulo: Girassol, 2005.
- VIANNA, L. H. Tradução - Meu primeiro Larousse de Ciências. São Paulo: Larousse Júnior, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Declaramos, para os devidos efeitos e fins, que as obras abaixo mencionadas são de edição e publicação exclusiva em todo o território nacional, da Editora Amigos da Natureza Ltda, sita na Rua Goiás, 765, Centro - 85960000 - Marechal Cândido Rondon - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 04096738000155, filiada a esta Câmara sob o nº 1743. Atesta ainda, conforme declaração emitida pela empresa acima qualificada, está exclusivamente autorizada a distribuir e comercializar as obras abaixo mencionadas.

01. Obra: Queimadas
Autor: Editora Amigos da Natureza
ISBN: 9786586438062

São Paulo, 6 de Agosto de 2020

VÁLIDO
ATÉ
02/02/2021



Para verificar a autenticidade da carta de exclusividade, entre no <http://www.cbl.org.br/validacao-carta> e digite o código 10613.

MÉDIA

R\$ 3,60

MEDIANA

R\$ 3,60

MENOR

R\$ 3,60

Quantidade total de registros: 1

Registros apresentados: 1 a 1

FILTROS APLICADOS

Descrição

IMPRESSO PADRONIZADO, MATERIAL:PAPEL COUCHÊ FOSCO LD 230G, TIPO:CARTILHA,
COR:4/4, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:IMPRESSO EM PAPEL LD 90G, TIPO
IMPRESSÃO:OFSETE, FORMATO:DOBRADO E GRAMPEADO, APLICAÇÃO:INFORMATIVO,
QUANTIDADE PÁGINAS:8, FORMATO ABERTO:220 X 186 MM, FORMATO FECHADO:99 X 210 MM

Identificação do Item de Compra

9266970500004201900020

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00004/2019

Número do Item: 00020

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é registro de preços para eventual aquisição de material para Eventos Culturais e Socioculturais para atender às necessidades da Divisão de Projetos Culturais e Socioculturais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Quantidade Ofertada: 2.000

Valor Proposto Unitário: R\$4,00

Valor Unitário do Item: R\$ 3,60

Código do CATMAT: 297271

Descrição do Item: IMPRESSO PADRONIZADO, MATERIAL:PAPEL COUCHÊ FOSCO LD 230G, TIPO:CARTILHA, COR:4/4, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:IMPRESSO EM PAPEL LD 90G, TIPO IMPRESSÃO:OFSETE, FORMATO:DOBRADO E GRAMPEADO, APLICAÇÃO:INFORMATIVO, QUANTIDADE PÁGINAS:8, FORMATO ABERTO:220 X 186 MM, FORMATO FECHADO:99 X 210 MM

Descrição Complementar: IMPRESSO PADRONIZADO, MATERIAL PAPEL COUCHÊ FOSCO LD 230G, TIPO CARTILHA, COR 4/4, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPRESSO EM PAPEL LD 90G, TIPO IMPRESSÃO OFSETE, FORMATO DOBRADO E GRAMPEADO, APLICAÇÃO INFORMATIVO, QUANTIDADE PÁGINAS 8, FORMATO ABERTO 220 X 186 MM, FORMATO FECHADO 99 X 210 MM

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: CIRANDA

Data do Resultado: 04/04/2019

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ESCOLA & ESCRITORIO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA

CNPJ/CPF: 00800611000114

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 926697 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST R.G.DO NORTE
Órgão: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.096.738/0001-55

Razão Social: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

Endereço: RUA GOIAS 765 / CENTRO / MARECHAL CANDIDO RONDON / PR / 85960-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/08/2020 a 05/09/2020

Certificação Número: 2020080703264480956046

Informação obtida em 24/08/2020 08:28:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 12 / VISTO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA
CNPJ: 04.096.738/0001-55

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:14:32 do dia 30/06/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/12/2020.

Código de controle da certidão: **0469.D93D.1512.488C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 18 / VISTO



Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CNPJ : 04.096.738/0001-55

Data da Emissão : 30/06/2020

Hora da Emissão : 14:14:32

Código de Controle da Certidão : 0469.D93D.1512.488C

Tipo da Certidão : Negativa

Certidão **Negativa** emitida em 30/06/2020, com validade até 26/01/2021, considerando prorrogação de sua validade pela Portaria Conjunta nº 555/2020 (DOU 24/03/2020) e/ou Portaria Conjunta nº 1.178/2020 (DOU 14/07/2020).

[Página Anterior](#)

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 9 / VISTO



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022174035-34

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **04.096.738/0001-55**
Nome: **EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 28/10/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

**Governo do Estado do Paraná
Secretaria da
Fazenda****Confirmação de C**

Receita PR

Sefanet

Expresso

Informações do Documento

Certidão 022174035-34

Tipo Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual - Automática

Fornecida para o CNPJ 04.096.738/0001-55
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

Emissão 30/06/2020 14:23:37

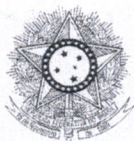
Data de Validade 28/10/2020

[Voltar](#)

© Secretaria da Fazenda - SEFA

Av. Vicente Machado, 445 - Centro - 80420-902 - Curitiba - PR

[Localização](#)MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 21 / VISTO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 04.096.738/0001-55

Certidão nº: 6947428/2020

Expedição: 19/03/2020, às 17:15:08

Validade: 14/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.096.738/0001-55**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA
CNPJ – 04.096.738/0001-55
NIRE – 41204431321

MARIA CRISTINA KUNZLER, brasileira, natural de Marechal Cândido Rondon - PR, solteira, nascida em 23/03/1985, do comércio, portadora da Carteira de Identidade Civil nº. 7.895.069-2 SSP-PR, expedida em 05/11/1996 e CPF nº. 043.560.649-25, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, nº. 765, Apto. 01, Centro, na cidade e comarca de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná, CEP 85.960-000 e **MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER**, brasileira, natural de Toledo - PR, casada pelo regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da Carteira de Identidade Civil nº. 1.734.674-1 SSP-PR, expedida em 03/07/1982 e CPF nº. 903.230.509-30, residente e domiciliada na Rua Paraná, nº. 7.103, Loteamento Port III, na cidade e comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, CEP 85.960-000, sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada que gira sob o nome empresarial de **EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.096.738/0001-55, com sede na Rua Goiás, nº. 765, Centro, na cidade de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná, CEP: 85960-000, com contrato social arquivado na MM. Junta Comercial do Paraná sob nº. 41204431321 em 09/10/2000 e Última Alteração Contratual sob nº. 20154290688 em 16/07/2015, resolvem alterar e consolidar seu contrato social, de acordo com a lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2.002 e subsidiariamente pela lei nº. 6.404/76 de 15 de dezembro de 1.976, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO INGRESSO DE SÓCIO: Ingressa na sociedade o sócio **ALEXANDRE CARLOS KUNZLER**, brasileiro, natural de São José do Cedro – SC, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade Civil nº. 3.558.007 SESP-SC, expedida em 22/08/2016 e CPF nº. 026.297.319-79, residente e domiciliado na Rua Ari Branco da Rosa, nº. 1115, Loteamento Port II, na cidade e comarca de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná, CEP: 85.960-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO: O sócio ingressante declara que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei, que o impeça de exercer atividade mercantil.

CLÁUSULA TERCEIRA – TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: A sócia **MARIA CRISTINA KUNZLER**, que possui na sociedade 75.000 (setenta e cinco mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com o consentimento dos outros sócios, cede e transfere, por venda, 73.000 (setenta e três mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais) a sócia remanescente **MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER**, acima qualificada.

Página 1 de 6



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/04/2018 14:03 SOB Nº 20182113108.
PROTOCOLO: 182113108 DE 23/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801559893. NIRE: 41204431321.
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 13 / VISTO

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA
CNPJ – 04.096.738/0001-55
NIRE – 41204431321

CLÁUSULA QUARTA – DA RETIRADA DE SÓCIO: Retira-se da sociedade a sócia **MARIA CRISTINA KUNZLER**, acima qualificada, cedendo e transferindo por venda as 2.000 (duas mil) quotas integralizadas que possui, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ao sócio ingressante **ALEXANDRE CARLOS KUNZLER**.

CLÁUSULA QUINTA – CESSÃO DE QUOTAS: A sócia retirante **MARIA CRISTINA KUNZLER** dá a sócia remanescente **MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER** e ao sócio ingressante **ALEXANDRE CARLOS KUNZLER**, plena, geral e rasa quitação da cessão de quotas ora efetuada, declarando estes conhecerem a situação econômico-financeira da sociedade, ficando sub-rogado nos direitos e obrigações do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL: Em decorrência da presente alteração, o capital social de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentas mil) quotas de capital, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente nacional, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	(%)	QUOTAS	VALOR R\$
MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER	99	198.000	198.000,00
ALEXANDRE CARLOS KUNZLER	1	2.000	2.000,00
TOTAIS	100	200.000	200.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme disposto no art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA OITAVA – INALTERAÇÃO DAS DEMAIS CLAUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO: À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o Contrato Social que passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA
CNPJ Nº. 04.096.738/0001-55
NIRE Nº. 41204431321

MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER, brasileira, natural de Toledo - PR, casada pelo regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da Carteira de Identidade Civil nº. 1.734.674-1 SSP-PR, expedida em

Página 2 de 6



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/04/2018 14:03 SOB Nº 20182113108.
PROTOCOLO: 182113108 DE 23/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801559893. NIRE: 41204431321.
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 14 / VISTO

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA
CNPJ – 04.096.738/0001-55
NIRE – 41204431321

03/07/1982 e CPF nº. 903.230.509-30, residente e domiciliada na Rua Paraná, nº. 7.103, Loteamento Port III, na cidade e comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, CEP 85.960-000 e **ALEXANDRE CARLOS KUNZLER**, brasileiro, natural de São José do Cedro – SC, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade Civil nº. 3.558.007 SESP-SC, expedida em 22/08/2016 e CPF nº. 026.297.319-79, residente e domiciliado na Rua Ari Branco da Rosa, nº. 1115, Loteamento Port II, na cidade e comarca de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná, CEP: 85.960-000, sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada, que gira sob o nome empresarial de **EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.096.738/0001-55, com sede na Rua Goiás, nº. 765, Centro, na cidade de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná, CEP: 85960-000, com contrato social arquivado na MM. Junta Comercial do Paraná sob nº. 41204431321 em 09/10/2000, regida pela Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com regência supletiva pela lei nº. 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – NOME EMPRESARIAL E ENDEREÇO: Nome empresarial: **EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA**, com sede e foro na Rua Goiás, nº. 765, Centro, na cidade de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná, CEP: 85960-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL: Ramo de atividade: Edição de Livros, Revistas e Jornais.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE E INÍCIO DAS ATIVIDADES: Prazo de duração: Indeterminado - Início das atividades: 10 de outubro de 2000.

CLÁUSULA QUARTA – CAPITAL SOCIAL: Capital social de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentas mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIOS	(%)	QUOTAS	VALOR R\$
MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER	99	198.000	198.000,00
ALEXANDRE CARLOS KUNZLER	1	2.000	2.000,00
TOTAIS	100	200.000	200.000,00

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem

Página 3 de 6



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/04/2018 14:03 SOB Nº 20182113108.
PROTOCOLO: 182113108 DE 23/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801559893. NIRE: 41204431321.
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 75 / VISTO

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA
CNPJ – 04.096.738/0001-55
NIRE – 41204431321

solidariamente pela integralização do capital social, conforme disposto no art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SEXTA – FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo único: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA OITAVA – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL: A administração da sociedade caberá a **MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à gestão e consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

§ 1º - É vedado, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§ 2º - Faculta-se a administradora, nos limites dos seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§ 3º - Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no art. 1.061 da Lei nº. 10.406/2002.

Página 4 de 6



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/04/2018 14:03 SOB Nº 20182113108.
PROTOCOLO: 182113108 DE 23/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801559893. NIRE: 41204431321.
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 26 / VISTO

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA
CNPJ – 04.096.738/0001-55
NIRE – 41204431321

§ 4º - Quando nomeado e devidamente qualificado no contrato ou alteração contratual, o administrador não sócio considerar-se-á investido no cargo mediante aposição de sua assinatura no próprio instrumento.

§ 5º - A investidura de administrador designado em ato separado deverá obedecer às formalidades da legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – RETIRADA PRÓ-LABORE: Os sócios poderão, de comum acordo fixar uma retirada mensal, a título de “pró labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS: Ao término de cada exercício social, coincidente com o ano civil, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando todos os sócios dos lucros ou perdas apurados, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na sociedade.

Parágrafo único - A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser distribuído mensalmente aos sócios, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às quotas de capital de cada um. Nesse caso será observada a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o art. 1.059 da Lei nº. 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – JULGAMENTO DAS CONTAS: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Parágrafo único – Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Página 5 de 6



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/04/2018 14:03 SOB Nº 20182113108.
PROTOCOLO: 182113108 DE 23/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801559893. NIRE: 41204431321.
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 2 / VISTO

OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA
CNPJ – 04.096.738/0001-55
NIRE – 41204431321

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – REUNIÃO DE SÓCIOS: Os Sócios resolvem dispensar a realização de reuniões, em qualquer das situações previstas na legislação civil, conforme dispõem o artigo nº. 70 da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: A Administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DECLARAÇÃO DE EPP: Os sócio declaram, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, em perfeito acordo, em tudo o quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos, assinando-o em via única.

Marechal Cândido Rondon – PR, 16 de abril de 2018.



MARIA CRISTINA KUNZLER

MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER

FIRMA
TABELA



ALEXANDRE CARLOS KUNZLER

Página 6 de 6



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/04/2018 14:03 SOB Nº 20182113108.
PROTOCOLO: 182113108 DE 23/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801559893. NIRE: 41204431321.
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 28 / VISTO

SELO DIGITAL: NjJxD . rv2pr . KzXG7 - AU4DJ . x2Qnh
Reconheço como VERDADEIRA, e dou fé, a(s) assinatura(s) de:

[7MSsAy0] - MARIA CRISTINA KUNZLER.....
[7MSiCa0] - MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER.....
[7MSsNA0] - ALEXANDRE CARLOS KUNZLER.....

Marechal Cândido Rondon, 18 de Abril de 2018..
Em Teste

FARIDA NARDELLO - tabeliã



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/04/2018 14:03 SOB Nº 20182113108.
PROTOCOLO: 182113108 DE 23/04/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801559893. NIRE: 41204431321.
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 29 / VISTO



MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS
Nº 9020/2020

CONTRIBUINTE

Autenticidade: WGT211206-000-ZSAHUIJ-331226526

Requerente:		
Contribuinte	EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA	313890
CNPJ/CPF:	04.096.738/0001-55	
Endereço:	RUA GOIAS	765
Cidade:	Marechal Cândido Rondon	PR

FINALIDADE

COMPROVAÇÃO PRÓPRIA

INF. ADICIONAIS

CERTIFICO, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos Órgãos competentes desta Prefeitura, sobre o Contribuinte, **NÃO CONSTAM DÉBITOS** referentes a Tributos Municipais, vencidos, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar inscrever quaisquer dívidas sobre o contribuinte acima identificado que vierem a ser apuradas.

A presente CERTIDÃO é válida sem rasuras por 60(sessenta) dias.



MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 30 de junho de 2020.

WGT211206-000-ZSAHUIJ-331226526

Emitido por

Rua Espírito Santo, 777 - Fone/Fax (045) 3284-8828 - Centro - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - PR
Home-page: www.mcr.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 30 / VISTO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Folha: 1/2

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a) PREFEITO MUNICIPAL

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISICAO DE CARTILHAS INFORMATIVAS E ILUSTRADAS, COM O INTUITO DE CONCIENTIZACAO DA POPULACAO COM PRATICAS SAUDAVEIS AO MEIO, ALEM DO FORTALECIMENTO COM O TRABALHO DE EDUCACAO AMBIENTAL DESENVOLVIDO NO MUNICIPIO, APRESENTANDO TELEFONES UTEIS PARA DISQUE DENUNCIA

Processo Adm. nº: 92/2020 **Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Forma de Julgamento: MENOR PREÇO
Forma Pgto. / Reajuste: CONFORME CONTRATO DE FORNECIMENTO / NAO HAVERA
Prazo Entrega/Exec.: 15 DIAS
Local de Entrega: SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE -
Urgência: IMEDIATA
Vigência: 90 DIAS
Observações:

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
48	05.02.2.502.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUM/	3.3.90.30.46.00.00.00	3.500,00
Fonte de Recurso : 1000 - Recursos Ordinários (Livres)				
Total previsto:				3.500,00

ITENS:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
1	1000,000	UND	CARTILHA INFORMATIVA - EDUCACAO AMBIENTAL - 12 PAGINAS EM PAPEL COUCHE 90g/m² - CAPA EM PAPEL COUCHE 150g/m² - TITULO: QUEIMADAS - EDITORA: AMIGOS DA NATUREZA - TAMANHO: 15 x 20cm - COM INSERCAO DE TELEFONES UTEIS - DISQUE DENUNCIAS (19-13-0241)	3,2000	3.200,00
Total Geral ----->				3,2000	3.200,00

Inajá, 27 de Agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 31 / VISTO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Folha: 2/2

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

Inajá, 27 de Agosto de 2020.

.....
Renato Do Valle
Divisão de Licitação e Compras
Prefeitura Municipal de Inajá - PR

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) PREFEITO MUNICIPAL, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do Processo Administrativo de Licitação Nº 92/2020, na modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Inajá, 27 de Agosto de 2020.

.....
CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Folha: 1/1

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

A - Processo Nr.: 92/2020
B - Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
C - Forma de Julgamento: MENOR PREÇO
D - Forma Pgto./ Reajuste: CONFORME CONTRATO DE FORNECIMENTO / NAO HAVERA
E - Prazo Entrega/Exec.: 15 DIAS
F - Local de Entrega: SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
G - Urgência: IMEDIATA
H - Vigência: 12 MESES
I - Objeto da Licitação: AQUISICAO DE CARTILHAS INFORMATIVAS E ILUSTRADAS, COM O INTUITO DE CONCIENTIZACAO DA POPULACAO COM PRATICAS SAUDAVEIS AO MEIO, ALEM DO FORTALECIMENTO COM O TRABALHO DE EDUCACAO AMBIENTAL DESENVOLVIDO NO MUNICIPIO, APRESENTANDO TELEFONES UTEIS PARA DISQUE DENUNCIA

J - Observações:

K - Convidados:

02 - Indicação de Recursos - Dotação Orçamentária:

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
48	05.02.2.502.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.3.90.30.46.00.00.00	3.500,00
Fonte de Recurso : 1000 - Recursos Ordinários (Livres)				
Total Previsto :				3.500,00

Inajá, 27 de Agosto de 2020.

Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal
CPF: 037.233.919-07

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 33 / VISTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ N° 76.970.318/0001-67
AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

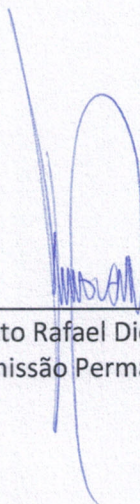
Em 27 de agosto de 2020.

A Excelentíssima Sra.,
ZEILLE MARIA DE OLIVEIRA
PROCURADORA JURÍDICA DESTE MUNICÍPIO

Encaminho a Vossa Excelência, processo para:

- Aquisição de cartilhas informativas e ilustradas, confeccionadas com o intuito de promover a educação ambiental e a conscientização dos munícipes, debatendo questões importantes no tratamento com o meio e orientação na destinação de resíduos domiciliares. Com apresentação de telefones úteis como Disque-denúncia, no atendimento a solicitação da Divisão do Meio Ambiente.
- Com vistas a realização do processo, conforme valor detalhado e pesquisa de preço efetuada por esta Divisão, solicito Parecer Jurídico com análise do processo e atendimento a demanda.

Atenciosamente,



Renato Rafael Diogo Do Valle
Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

PARECER JURÍDICO

Órgão Solicitante: Comissão Permanente de Licitação

Órgão(s) Interessado(s): Comissão Permanente de Licitação

Diretor do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

EMENTA: Administrativo. Licitação. Contratação Direta. Modalidade Inexigibilidade art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93. Inviabilidade de Competição Certificado de Fornecedor Exclusivo. Observações. Admissibilidade.

DOS FATOS

O Ilustre Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Inajá encaminhou, a esta Assessoria Municipal, pedido de parecer acerca da possibilidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de Cartilha Queimadas – para conscientização e trabalho de educação ambiental para o município de Inajá/PR, conforme menor dos orçamentos colhidos no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

As despesas estão previstas na rubrica 05.01.2.502, elemento de despesa 3.3.90.30.00.00.00.00 – fonte 1000, com saldo informado de R\$ 33.678,18 (trinta e três mil, seiscentos e setenta e oito reais e dezoito centavos), cumprido, portanto, o requisito orçamentário.



É o breve relatório. Passo a opinar.

FUNDAMENTOS

I – ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA

Este parecer limitar-se-á a analisar a regularidade do procedimento sob a ótica jurídica, vale dizer, que esta Assessoria Jurídica não se imiscui no juízo de conveniência e oportunidade da contratação, assim como não possui conhecimento técnico para analisar as informações técnicas que deverão ser atendidas pela futura contratante.

A prévia análise de toda a documentação que instrui o procedimento licitatório é uma imposição da Lei de Licitações, que assim dispõe:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.** (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (grifou-se)

Tal exigência tem por objetivo prevenir a produção de atos irregulares, que possam ser questionados e até mesmo anulados posteriormente. Também visa afastar condições que prejudiquem a competitividade, acarretando prejuízos aos cofres públicos.

Assim, a atuação da Assessoria Jurídica tem por missão proteger o patrimônio público de qualquer cláusula ou condição jurídica que frustre a busca da proposta mais vantajosa o que implique em responsabilidade civil por prática de ato ilícito.

II – DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

Via regra, as contratações celebradas pelo Poder Público devem se submeter ao devido processo licitatório, atendendo aos ditames da Constituição Federal¹ e Lei de Licitações, permitindo que os fornecedores interessados concorram em igualdade de condições, visando realizar a contratação que seja mais benéfica à Administração Pública.

Contudo, é possível a realização de contratação direta por dispensa (art.24) ou inexigibilidade (art. 25) nas hipóteses expressamente autorizadas pelo citado diploma legal.

Dentre as hipóteses excepcionadas pela Lei nº 8.666/93, destaca-se a inexigibilidade de licitação disciplinada no artigo 25 da Lei em comento:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver **inviabilidade de competição, em especial:**

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Acerca da inexigibilidade, pontua a doutrina:

Parece fundamental que o gestor apresente justificativa para a contratação direta, nas hipóteses de inexigibilidade, deixando claro seu principal elemento caracterizador, que é a inviabilidade de competição, e demonstrando a razoabilidade do preço estipulado e o cumprimento das formalidades exigidas pela legislação. **Nas hipóteses em que a razão da**

¹Art. 37 (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

contratação direta é exclusividade, torna-se necessária a apresentação dos atestados de exclusividade porventura existentes². (grifou-se)

Na hipótese do inciso I do art. 25, determina ser inexigível a licitação para aquisição de matérias, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por **produtor, empresa ou representante comercial exclusivo**. Tal fornecimento deverá ser comprovado mediante atestado de exclusividade.

Observa-se, para a configuração da contratação direta por inexigibilidade (art. 25, I) faz-se necessário que a empresa a ser contratada em questão **detenha exclusividade como fornecedor/representante do objeto a ser adquirido pela administração, e, conjuntamente, deve haver inviabilidade de competição do objeto pretendido.**

A inviabilidade de competição, nestes casos, é corolário da comprovação do fornecedor exclusivo do produto.

No tocante a exclusividade da empresa a ser contratada, consta dos autos Certidão de Exclusividade emitida pela **CBL – CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO**, onde consta, que a empresa **EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA**, detêm exclusividade de edição e publicação da obra **QUEIMADAS; AUTOR EDITORA AMIGOS DA NATUREZA; ISBN 9786586438062**.

Desse modo, a empresa cumpriu o requisito referente a exclusividade.

Esse também é o entendimento do TCU, conforme enunciado:

Na contratação por inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25, inciso I, da Lei 8.666/1993, é obrigatória a demonstração de que o objeto somente pode ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

² CHARLES, Ronny. Lei de Licitações públicas comentadas. 7 ed. Juspodium: Salvador, 2015, p.306.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

Considerando, a Certidão de Exclusividade juntada aos autos, a inexigibilidade é totalmente cabível, ou seja, a referida empresa é única e exclusiva nesse tipo de segmento, o que torna inviável a competição, nos termos do art. 25, inciso I, da Lei de Licitações.

III – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Quanto a justificativa de preço, é mister analisar-se a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração, levando-se em consideração a atividade anterior e futura do próprio particular. Em outras palavras, o contrato com a Administração deve possuir condições econômicas similares com as atividades particulares executadas pelo futuro contratado.

Consta nos autos justificativa do preço (art. 26, parágrafo único, III da Lei de Licitações³), bem como pesquisa de preços em site oficial painelprecos.planejamento.gov.br, onde o preço dos serviços/produtos da futura contratada, está abaixo do preço mediano pesquisado.

Insta salientar, que o preço praticado, mostra-se razoável, ou seja, no mesmo patamar de contratações com outros órgãos públicos.

Por conseguinte, o art. 38 da Lei de Licitações, traz alguns procedimentos a serem atendidos, quando da fase interna de um processo admirativo licitatório, consistentes na

³ Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

(Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

III - justificativa do preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

existência de um processo autuado, protocolado, numerado, autorizado com indicação sucinta de seu objeto e de recurso para honrar a despesa.

Neste diapasão, **verifica-se o atendimento parcial** dos procedimentos da fase interna de processo administrativo licitatório, o processo está autuado, mas não está numerado, e não existe ainda indicação do número da dispensa por inexigibilidade, o que deve ser sanado sob pena de nulidade.

Ademais, ainda no que tange à fase interna, deve ser realizada a ratificação da inexigibilidade e sua publicação na imprensa oficial conforme exige a Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, **as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas**, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei **deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.** (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Portanto, em que pese à autorização já constante nos autos, a **Comissão Permanente de Licitação deverá ratificar todos os atos do processo de inexigibilidade e providenciar a publicação, sob pena de ineficácia dos atos.**

Quanto às habilitações necessárias (art.27 a 32 da Lei de Licitações) deve a equipe do setor de licitações decidir pela habilitação ou inabilitação do futuro contratado, tendo em vista ausência de documentos e/ou presença de documentos com data de validade expirada.

Pontuadas tais premissas, devem ser feitas as seguintes considerações adicionais.

Não consta dos autos minuta de contrato. Vale dizer que a ausência de termo de contrato está dispensado com fulcro no artigo 62, §4º da Lei nº 8.666/93, que diz que é dispensável o termo de contrato e facultada a substituição prevista neste artigo, s critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

imediate e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Todavia citado instrumento, nos termos do art. 62⁴ da Lei nº 8.666/93, poderá ser substituído por nota de empenho, carta contrato ou autorização de compra.

Desse modo, uma vez preenchidos todos os requisitos da inexigibilidade de licitação com base no inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666/93, torna-se plenamente possível a realização da contratação direta.

IV - CONCLUSÃO

Ante a todo o exposto, **Opinamos** pela **Possibilidade** de contratação direta por inexigibilidade, desde que atendidas as seguintes condições:

- a) Que seja juntado pelo contratado e verificado pelo setor competente os documentos pertinentes à habilitação e **decidir sobre a habilitação ou inabilitação do futuro contratado**, tendo em vista a ausência de documentos e/ou outros com data de validade expirada;
- b) Que seja **ratificado o processo de inexigibilidade de licitação pela Comissão Permanente de Licitação** e providenciada a respectiva publicação na imprensa oficial na forma supracitada.

Ressalto que o parecer se restringiu a analisar o procedimento sob o aspecto jurídico, não adentrando nas questões técnicas e econômicas do objeto, nem nas questões de conveniência e oportunidade da contratação, por escapar da área de atuação desta Assessoria.

⁴ Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como **carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

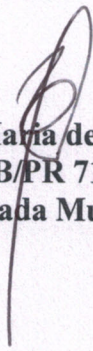
C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

É o parecer, salvo melhor juízo.

Inajá-PR, 31 de agosto de 2020.


Zeille Maria de Oliveira
OAB/PR 71.894
Advogada Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 3.200,00

Processo / Ano: 90/2020
Licitação.....: 12/2020 - IL
Modalidade.....: Inexigibilidade de Licitação
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE CARTILHAS INFORMATIVAS E ILUSTRADAS, COM O INTUITO DE CONCIENCIAMENTO DA POPULAÇÃO COM PRÁTICAS SAUDÁVEIS AO MEIO, ALÉM DO FORTALECIMENTO COM O TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDO NO MUNICÍPIO, APRESENTANDO TELEFONES ÚTEIS PARA DISQUE DENÚNCIA

Processo Administrativo: 92/2020

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 19130241 - CARTILHA INFORMATIVA - EDUCAÇÃO AMBIENTAL - 12 PAGINAS - Unidade: UND							
1509	EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA.		1.000,000	0,0000	3,2000	3.200,00	Venceu	1 *****

Inajá, Em

03/09/2020

RENATO RAFAEL DIOGO DO VALLE - - Presidente da Comissão
ALVARO CEZAR DE ASSIS - - VICE-PRESIDENTE
DIEGO RAFAEL FLORIPES DE SOUZA - - SECRETARIO

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 43 / VISTO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nr.: 12/2020 - IL

Processo Administrativo: 92/2020
Processo de Licitação: 90/2020
Data do Processo: 03/09/2020

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 90/2020
b) Licitação Nr.: 12/2020-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 03/09/2020
e) Objeto da Licitação AQUISICAO DE CARTILHAS INFORMATIVAS E ILUSTRADAS, COM O INTUITO DE CONCIENTIZACAO DA POPULACAO COM PRATICAS SAUDAVEIS AO MEIO, ALEM DO FORTALECIMENTO COM O TRABALHO DE EDUCACAO AMBIENTAL DESENVOLVIDO NO MUNICIPIO, APRESENTANDO TELEFONES UTEIS PARA DISQUE DENUNCIA

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA. (1509)

1	CARTILHA INFORMATIVA - EDUCACAO AMBIENTAL - 12 PAGINAS EM PAPEL COUCHE 90g/m² - CAPA EM PAPEL COUCHE 150g/m² - TITULO: QUEIMADAS - EDITORA: AMIGOS DA NATUREZA - TAMANHO: 15 x 20cm - COM INSERCAO DE TELEFONES UTEIS - DISQUE DENUNCIAS	UND	1.000,00	0,0000	3,20	3.200,00
---	--	-----	----------	--------	------	----------

Total do Fornecedor: 3.200,00

Total Geral: 3.200,00

Inajá, 3 de Setembro de 2020.

Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal
CPF: 037.233.919-07

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 44 / VISTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2020 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CARTILHAS INFORMATIVAS E ILUSTRADAS, COM O INTUITO DE CONCIETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM PLATICAS SAUVAEIS AO MEIO AMBIENTE, ALEM DO FORTALECIMENTO COM O TRABALHO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDO PELO MUNICIPIO, APRESENTANDO TELEFONES UTEIS PARA DISQUE DENUNCIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INAJÁ E A EMPRESA EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, com endereço a Av. Antônio Veiga Martins, Nº 80/82, Centro, inscrita sob o CNPJ Nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL, casado, portador do RG Nº 7.580.647-7-SSP/PR e CPF Nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITORIA , Nº 367, CENTRO, neste município.

CONTRATADA: EDITORA AMIGO DA NATUREZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 04.096.738/0001-55 situada na RUA GOIAS, 765, CENTRO - CEP 85.960-000- MARECHAL CANDIDO RONDON - PR, neste ato, representada pela Sra. MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER- RG Nº 1.734.674-1- SSP-PR, CPF - 903.230.509-30- SÓCIA ADMINISTRADORA da empresa..

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CARTILHAS INFORMATIVAS E ILUSTRADAS, COM O INTUITO DE CONCIETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM PLATICAS SAUVAEIS AO MEIO AMBIENTE, ALEM DO FORTALECIMENTO COM O TRABALHO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDO PELO MUNICIPIO, APRESENTANDO TELEFONES UTEIS PARA DISQUE DENUNCIA, CONFORME ITEM E QUANTIDADE EM ANEXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CARTILHA INFORMATIVA - EDUCAÇÃO AMBIENTAL - 12 PAGINAS EM PAPEL COUCHE 90g/mts quad. - CAPA EM PAPEL COUCHE 150g/ mts quad. - TITULO: QUEIMADAS - EDITORA: AMIGOS DA NATUREZA - TAMANHO: 15X20 cm - COM INSERÇÃO DE TELEFONES UTEIS - DISQUE DENUNCIA	UNID	1.000	3,20	3.200,00
TOTAL					3.200,00

Parágrafo único - Ficam integrados a este Contrato, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: Proposta de preço, Parecer Jurídico e legislação pertinente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

O valor total referente a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012- 2020, é de R\$ 3.200,00 (TRES MIL, DUZENTOS REAIS)



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega do objeto, através de nota fiscal emitido pela CONTRATADA ou sua representante a partir da data de assinatura deste, com comprovação fiscal e trabalhista.

Ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária:

- 05.01.2.502 33.90.30.00.00.00.00 1000- R\$33.678,18

Parágrafo primeiro: Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos ao presente, deverá esta, comunicar e justificar o fato, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que, a CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

Parágrafo segundo: Sobre as práticas fraudulentas e de corrupção, para os propósitos desta, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

Parágrafo terceiro: Enquanto perdurar o impedimento, a CONTRATANTE se reserva no direito de contratar o objeto em questão com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições deste processo, não cabendo direito a CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUARTA – DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO:

A CONTRATADA não poderá em hipótese alguma ceder o presente Contrato a nenhuma outra pessoa de caráter física ou jurídica.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente contrato é de 08/09/2020 A 06/09/2021 ou até entrega total do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

- a) A entrega do objeto no destino final será de responsabilidade da contratada,
- b) Será designado um servidor para o fiscalização do objeto, com autorização do Departamento solicitante;
- c) Apresentar junto com a nota fiscal, Certidão Trabalhista e Certidões Fiscais e Previdenciárias.

CLÁUSULA SÊTIMA – DA RESCISÃO:

A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o presente Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA falir, entrar em concordata ou for dissolvida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

- b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte, o Contrato, sem a prévia anuência da CONTRATANTE;
- c) quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA.

Parágrafo único: A rescisão do Contrato quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão dirimidos em comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES:


Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Paranacity-PR, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA.

Justas e Contratadas, firmam as partes este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Em, 04 de setembro de 2020.



CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:




HELIO RODRIGUES DE JESUS

EDITORA
AMIGOS DA
NATUREZA
LTDA EPP:
04096738000155

Assinado digitalmente por EDITORA
AMIGOS DA NATUREZA LTDA EPP:
04096738000155
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, S=PR,
L=Marechal Cândido Rondon,
OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A3,
OU=Autenticado por AR FACIAP,
CN=EDITORA AMIGOS DA NATUREZA
LTDA EPP:04096738000155
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2020-09-10 09:26:37
Foxit Reader Versão: 9.1.0

MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER
SÓCIA - ADMINISTRADORA
CONTRATADA



GILBERTO MARCOS LUTERKING DUTRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná
CNPJ N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – Telefax: (44) 3440-1221
Email: pminaja@uol.com.br

EXTRATO DE CONTRATO N° 116/2020

INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO N° 012/2020

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 04 DE SETEMBRO DE 2020

CONTRATANTE: PRFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, endereço à Av. Antonio Veiga Martins N° 80/82, Centro, inscrita sob o C.N.P.J. N° 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA - **PREFEITO MUNICIPAL**, casado, portador do RG n° 7.580.647-7 – SSP/PR e, C.P.F. n° 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITORIA, N° 367, CENTRO - Inajá - Estado do Paraná;

CONTRATADO: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF N° 04.096.738/0001-55 situada na RUA GOIAS, 765, CENTRO - CEP 85.960-000- MARECHAL CANDIDO RONDON - PR, neste ato, representada pela Sra. MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER- RG N° 1.734.674-1- SSP-PR, CPF - 903.230.509-30- SÓCIA ADMINISTRADORA da empresa.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CARTILHAS INFORMATIVAS E ILUSTRADAS, COM O INTUITO DE CONCIETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM PLATICAS SAUDEVEIS AO MEIO AMBIENTE, ALEM DO FORTALECIMENTO COM O TRABALHO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDO PELO MUNICIPIO, APRESENTANDO TELEFONES UTEIS PARA DISQUE DENUNCIA.

VALOR: R\$ 3.200,00 (TRES MIL, DUZENTOS REAIS)

PRAZO DE FORNECIMENTO: Imediato.

FORO: Comarca de Paracity, Estado do PARANÁ.

INAJÁ, 04 DE SETEMBRO DE 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA
CLEBER GERALDO DA SILVA

EDITORA AMIGOS
DA NATUREZA
LTDA EPP:
04096738000155

MARIA LORENA COPPETTI KUNZLER
SÓCIA- ADMINISTRADORA

Assinado digitalmente por EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA EPP:04096738000155
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, S=PR, L=Marechal Candido Rondon, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A3, OU=Autenticado por AR FACIAP, CN=EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA EPP: 04096738000155
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2020-09-10 09:27:10
Foxit Reader Versão: 9.1.0

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 49 / VISTO

